

Mudança com elogio do FMI

De João Ribeiro

O presidente Lula voltou ontem a garantir que não haverá aventura na economia nem na gestão da dívida pública, apesar da melhoria dos indicadores econômicos. Ele defendeu a decisão do governo de aumentar o superávit primário de 4,25% para 4,50% do PIB. "Se temos folga, vamos aumentar o superávit e pagar alguma coisa a mais da dívida. É uma medida correta, acertada

e da maior responsabilidade do ministro (Antonio) Palocci", disse o presidente, afirmando que a economia de despesas não comprometerá nenhum projeto de investimento em infraestrutura, como o de revitalização do Rio São Francisco.

"Os credores (da dívida pública) são milhões de pequenos empresários, que têm seu dinheirinho no banco", observou Lula defendendo a necessi-

dade de pagamento da dívida do governo.

O presidente também destacou os resultados obtidos pela gestão da economia. "Nesses primeiros 19 meses de governo, você viu quantos palpites saíram - bons, maus, mais ou menos. O dado concreto é que a persistência da equipe econômica deu resultados. E deu resultados acima de todas as expectativas", disse.

A declaração do presidente coincidiu ontem com a ava-

liação do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a administração da economia brasileira.

"Excepcionais"

Os resultados do Brasil são excepcionais e superam as "expectativas de todo mundo, salvo, talvez, as de suas próprias autoridades", declarou ontem em Washington (EUA) o porta-voz do FMI, Tom Dawson, ao comentar a aprovação, quarta-feira, da oitava revisão do programa do Fundo com o Brasil.

"As autoridades brasileiras demonstraram durante este programa que estavam dis-

postas a tomar as medidas necessárias de forma preventiva quando necessário e sempre de um modo adequado e oportuno", acrescentou Dawson, valorizando a decisão de Brasília de aumentar o superávit fiscal primário de 2004 em 0,25 ponto percentual, a 4,50% do PIB.

"O governo brasileiro parece ter uma excelente apreciação, compreensão e orientação sobre o fortalecimento e a proteção do programa", acrescentou o porta-voz.

Ao contrário do FMI, no Brasil o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) reprovou a decisão do gover-

no de elevar a meta de superávit primário neste ano. "É uma pena. Havia outras alternativas para o uso do recursos", disse o diretor-executivo da entidade, Julio Sérgio Gomes de Almeida. Para o Iedi, o governo deveria utilizar os recursos economizados (R\$ 4,189 bilhões) para investir em projetos de infraestrutura, cuja deficiência generalizada está elevando os custos em todos os setores da indústria, inclusive o agronegócio.

Outra alternativa para aplicação dos recursos economizados com o aumento da meta, segundo o Iedi, poderia ser a redução da carga tributária, "uma promessa do governo".